



TERMO DE REFERÊNCIA

ÍNDICE

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.....	3
1. Do objeto	3
2. Valor Estimado.....	4
3. Prazo de Vigência e Instrumento Contratual.....	5
II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	5
4. Do Estudo Técnico Preliminar e Fundamentação da Contratação	5
III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO	5
5. Do Estudo Técnico Preliminar	5
IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	5
6. Da Sustentabilidade	5
8. Da Participação de Consórcios	5
9. Da Participação de Cooperativas	6
10. Da Subcontratação	6
11. Garantia de contratação.....	6
V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	6
12. Condição de Entrega.....	6
13. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica	7
VII. FORMAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO.....	9
Forma de seleção.....	9
15. Justificativa de Parcelamento ou Aglutinação do Objeto	9
VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA	9
16. Critério de julgamento da proposta.....	9
17. Necessidade de registros e certificações do produto	9
IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO	10
19. Habilitação jurídica.....	10
20. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista	11
21. Qualificação técnica	12

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....12

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REQUERIMENTO	Nº17446/2026 (REQ Nº17447/2026)
--------------	---------------------------------

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. Do objeto

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a aquisição de Equipamentos Hospitalares, que serão utilizadas na Rede Municipal de Saúde de Uberlândia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Exclusivo ME ou EPP / AC	Código Item ComprasNet	Especificação do Item	UN	Qtde.	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1		1019883	Garrote Pneumático Eletrônico	UN	2	R\$ 57.497,00	R\$ 114.994,00
Valor Total: R\$ 114.994,00							

1.1.1 Informações Complementares ao Objeto:

ITEM 1: GARROTE PNEUMÁTICO ELETRÔNICO:

DESCRIÇÃO RESUMIDA:

Aparelho utilizado para controlar a circulação venosa e arterial para uma extremidade, por um período determinado de tempo. Destinado a uso em pequenos, médios e grandes procedimentos cirúrgicos ligados à ortopedia, como amputações, implantes, próteses e osteotomias.

DADOS TÉCNICOS:

- O equipamento deve possuir registro vigente na ANVISA;
- O equipamento deve estar em conformidade com as normas vigentes;
- Operar em rede elétrica 220 Volts e na frequência da rede elétrica de 60 Hz (sessenta Hertz);
- Dotado de botão liga/desliga;
- Dotado de dois canais independentes de controle e monitoramento de pressão;
- Dotado de sistema interno de compressão de ar;
- Dotado de botões individualizados por canal para acionamento da insuflação dos manguitos;
- Dotado de botões individualizados por canal para esvaziamento dos manguitos;
- Pressão de trabalho ajustável digitalmente no mínimo no intervalo entre 100 a 475 mmHg;
- Dotado de Timer Digital independente por canal com contador até pelo menos 99 minutos;

- Exibição digital da pressão por canal e do tempo por canal;
- Dotado de bateria com duração de pelo menos 120 minutos com carregamento interno;
- Utilizar conexões pneumáticas do tipo engate rápido;
- Alarme de término do tempo programado;
- Alarme sonoro e visual de falha;
- Dotado de botão para silenciamento de alarmes.

RELAÇÃO MÍNIMA DE ACESSÓRIOS PARA CADA EQUIPAMENTO:

- Cabo de força de 3 metros;
- Suporte de fixação com rodízios;
- Se o tubo de enchimento for descartável deve ser fornecido o suficiente para uso em pelo menos 100 pacientes o mesmo deve ocorrer com demais eventuais outros itens descartáveis;
- 03 Braçadeiras com manguito reutilizável com dimensão aproximada 8 x 46cm ou 3" x 18" – Infantil perna ou adulto braço;
- 03 Braçadeira com manguito reutilizável com dimensão aproximada 10 x 46cm ou 10 x 54 cm ou 4" x 18" – Infantil perna largo ou adulto braço largo;
- 03 Braçadeira com manguito reutilizável com dimensão aproximada 10 x 65cm ou 4" x 24" – Adulto perna;
- 03 Braçadeira com manguito reutilizável com dimensão aproximada 10 x 80cm ou 10 x 90cm ou 4" x 30" – Adulto perna longo;
- 03 Braçadeira com manguito reutilizável com dimensão aproximada 12 x 86cm ou 13 x 100 cm ou 4" x 34" – Adulto perna extralongo;
- Todos os acessórios não opcionais do equipamento deverão obrigatoriamente fornecidos mesmo se não citados no descritivo;
- Todos os materiais para instalação do equipamento devem estar inclusos no fornecimento e todas as partes e peças necessárias ao perfeito funcionamento do mesmo.

É obrigatório o fornecimento de Manual de Usuário e de Manual Técnico.

1.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2. Valor Estimado

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: **10/02/2026**

2.2. O custo estimado global da contratação é de R\$ 114.994,00 (Cento e quatorze mil novecentos e noventa e quatro reais), conforme custos unitários apostos na Tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

3. Prazo de Vigência e Instrumento Contratual

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observada a disponibilidade de créditos orçamentários e a compatibilidade com o planejamento institucional.

3.2. O prazo de vigência estabelecido considera que o objeto contempla, além do fornecimento do equipamento, a prestação de serviços acessórios, tais como garantia, manutenção, calibração, testes e treinamento, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

3.3. Os preços contratados poderão ser reajustados, observados os critérios, periodicidade e índice definidos no instrumento contratual e na legislação vigente.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4. Do Estudo Técnico Preliminar e Fundamentação da Contratação

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5. Do Estudo Técnico Preliminar

5.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6. Da Sustentabilidade

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial.

7. Da Exclusividade de Participação de ME e EPP

7.1. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pois todos os itens de contratação são superiores ao limite legal e o objeto não pode ser fracionado, conforme justificativa de parcelamento no tópico correspondente.

8. Da Participação de Consórcios

8.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a

vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

9. Da Participação de Cooperativas

9.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

10. Da Subcontratação

10.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de equipamentos específicos, cuja entrega deverá ocorrer de forma integral pelo fornecedor contratado, incluindo o fornecimento do equipamento novo, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

A vedação da subcontratação visa garantir maior controle sobre a qualidade do produto fornecido, bem como assegurar a responsabilidade direta da empresa contratada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, incluindo garantia, assistência técnica e eventuais responsabilidades decorrentes de defeitos de fabricação ou inadequação do equipamento às exigências técnicas estabelecidas.

Adicionalmente, considerando tratar-se de fornecimento de bem comum, sem complexidade técnica que justifique a participação de terceiros na execução do objeto, a execução direta pela empresa contratada contribui para maior segurança administrativa, rastreabilidade da responsabilidade contratual e adequada gestão da contratação, em conformidade com os princípios da eficiência e da boa gestão pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

11. Garantia de contratação

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12. Condição de Entrega

12.1. O fornecimento do objeto será realizado mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

12.1.1. O prazo de entrega dos materiais será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente.

12.1.2. As entregas deverão ser realizadas no Hospital e Maternidade Municipal Dr. Odelmo Leão Carneiro – HMMDOLC, localizado na Rua Mata dos Pinhais, nº 410, Uberlândia/MG, CEP 38.410-651, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00.

12.1.3. O recebimento provisório e definitivo ocorrerá no local indicado, mediante conferência quantitativa e qualitativa, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

12.1.4. A entrega do equipamento deverá incluir todas as atividades necessárias para sua plena entrada em operação, incluindo transporte, desembalagem, montagem, instalação, configuração inicial, testes operacionais e verificação de funcionamento em ambiente clínico.

12.1.5. A instalação do equipamento deverá ser realizada por profissional técnico qualificado ou autorizado pelo fabricante, devendo ser executados todos os testes necessários para verificação do correto funcionamento do equipamento e de seus acessórios.

12.1.6. O recebimento definitivo do equipamento ficará condicionado à comprovação do pleno funcionamento de todos os recursos operacionais previstos neste Termo de Referência, bem como à verificação da integridade física do

equipamento, de seus acessórios e da correta instalação do sistema.

12.1.7. O equipamento deverá ser entregue acompanhado de manuais de operação, manuais técnicos, catálogos do fabricante e demais documentos necessários para sua adequada utilização e manutenção, podendo tais documentos ser fornecidos em formato físico ou digital.

12.2. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.3. Os produtos que não se enquadrarem dentro das especificações exigidas no Edital serão recusados mediante justificativa técnica do setor competente

12.4. A instalação do equipamento deverá ser realizada pela licitante vencedora, incluindo todos os procedimentos necessários para sua plena operacionalização, tais como montagem, configuração inicial, testes operacionais e verificação de funcionamento. Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento do equipamento para confirmação de sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas. A contratada deverá ainda realizar treinamento operacional e técnico para os profissionais indicados pela Administração, contemplando a operação do equipamento, utilização dos softwares, rotinas básicas de manutenção e demais orientações necessárias ao adequado uso do sistema.

13. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (Vinte quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

13.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

13.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas aplicáveis.

13.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

13.5. As peças que apresentarem vício ou defeito durante o período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

13.6. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

13.7. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, desde que aceita pelo Contratante.

13.8. Na hipótese do subitem anterior, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade das atividades administrativas durante a execução dos reparos.

13.9. Decorrido o prazo para reparos ou substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou sem a apresentação de justificativas aceitas, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso dos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

13.10. Os custos referentes ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia serão de responsabilidade do Contratado.

13.11. A garantia legal ou contratual do objeto possui prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de quaisquer de suas condições, mesmo

após o término da vigência contratual.

13.14. Manutenções, instalação e treinamento de usuários

13.14.1. Manutenção preventiva

As manutenções preventivas deverão ser realizadas na periodicidade recomendada pelo fabricante ou, no mínimo, anualmente, aplicando-se o menor intervalo entre os dois. Deverão contemplar os serviços, eventuais peças aplicáveis e todos os demais custos.

A última manutenção preventiva deverá ser realizada no intervalo de até 30 (trinta) dias anteriores ao encerramento da garantia, sendo que, se não realizada, a garantia ficará automaticamente estendida até a execução da referida intervenção técnica e a resolução de eventuais defeitos identificados.

13.14.2. Calibração

O equipamento deverá ser submetido à calibração, a qual poderá ser realizada no ato da entrega, da instalação ou mediante apresentação, no momento da entrega, de laudo emitido há no máximo 30 (trinta) dias da data de recebimento. O critério de aprovação deverá seguir as recomendações do fabricante e, para início da contagem da garantia, o equipamento deverá estar aprovado em todos os parâmetros.

13.14.3. Procedimento de calibração

Deverá ser fornecido documento emitido pelo fabricante do equipamento indicando o procedimento recomendado para calibração, contendo os parâmetros a serem medidos, os pontos de medição e as tolerâncias recomendadas.

13.14.4. Treinamento de usuários

O treinamento deverá ocorrer em, no mínimo, 02 (dois) dias consecutivos e deverá ser ministrado nos 03 (três) turnos de trabalho das instituições, conforme programação definida pela Contratante.

Os locais e endereços para realização dos treinamentos serão informados posteriormente, conforme demanda.

13.14.4.1. Os treinamentos serão ministrados nas Unidades de Saúde localizadas no município de Uberlândia.

13.14.5. É obrigatória a disponibilização de Manual do Usuário e de Manual Técnico.

13.14.6. Caso o equipamento possua senhas de acesso, deverão ser fornecidas senhas vitalícias ou, no caso de senhas com prazo de expiração, o fornecedor deverá prever em sua proposta o fornecimento vitalício das senhas, sem custos adicionais.

13.14.7. Calibração rastreável RBC

A calibração rastreável à Rede Brasileira de Calibração – RBC está inclusa, podendo a inicial ser realizada no ato da instalação ou mediante apresentação de laudo emitido há no máximo 30 (trinta) dias da data de recebimento. Durante o período de garantia, as calibrações deverão ser realizadas pelo fornecedor, sem custo adicional, na mesma periodicidade estabelecida para a manutenção preventiva.

A última calibração deverá ocorrer no intervalo de até 30 (trinta) dias anteriores ao término da garantia, sendo que, se não realizada, a garantia ficará automaticamente estendida até a realização da inspeção técnica e a resolução de eventuais problemas identificados.

13.14.8. O procedimento de calibração deverá seguir documento emitido pelo fabricante, indicando parâmetros, pontos de medição e tolerâncias recomendadas.

13.14.9. Teste de Segurança Elétrica – TSE

O Teste de Segurança Elétrica poderá ser realizado no ato da instalação ou mediante apresentação, no momento da entrega, de laudo emitido há no máximo 30 (trinta) dias da data de recebimento.

Durante o período de garantia, os testes deverão ser realizados pelo fornecedor na mesma periodicidade da manutenção preventiva.

O último teste deverá ocorrer no intervalo de até 30 (trinta) dias anteriores ao término da garantia, sendo que, se não realizado, a garantia ficará automaticamente estendida até a realização da inspeção técnica e a resolução de eventuais problemas encontrados.

13.14.10. Instalação

A instalação do item 3 deverá ser realizada pela licitante vencedora, mediante agendamento prévio entre as partes, nos endereços informados pela Contratante no município de Uberlândia, sem ônus adicional, com acompanhamento do Núcleo de Infraestrutura Clínica/SMS.

As instalações compreendem, quando aplicável, a montagem do equipamento, a realização de testes operacionais, a

configuração, os ajustes necessários ao pleno funcionamento, bem como treinamento operacional e técnico aos profissionais da Contratante.

13.14.11. A data de instalação será definida no momento do agendamento entre as partes.

13.14.12. A Contratada deverá entrar em contato com o Núcleo de Infraestrutura Clínica em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega, para agendamento da instalação.

VI. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

14. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente.

VII. FORMAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO.

Forma de seleção

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

14.1.1. A adjudicação do objeto será por item.

15. Justificativa de Parcelamento ou Aglutinação do Objeto

15.1. Os itens não serão parcelados com fundamento no art. 40, §3º, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pois tais medidas ampliam a competitividade, possibilita a participação de mais fornecedores, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas e reduz riscos de desabastecimento, atendendo aos princípios da eficiência e economicidade.

VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

16. Critério de julgamento da proposta

16.1. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

17. Necessidade de registros e certificações do produto

17.1. Serão exigidos o seguinte registro/certificação para os itens de contratação, conforme a seguir.

17.2. Tendo em vista que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA é a responsável pela regulamentação do objeto licitado, e considerando as determinações elencadas na RDC nº 753/2022, as empresas vencedoras deverão apresentar ou indicar em suas propostas atualizadas o Registro vigente do produto ofertado.

17.3. A situação de regularidade do registro na ANVISA do produto ofertado será verificada através das opções abaixo:

- * Registro emitido no Portal Eletrônico da ANVISA.
- * Identificação do Registro do produto (RMS), conforme publicado em Diário Oficial da União (DOU).
- * Publicação do registro no DOU.
- * Comprovante de registro emitido pelo Ministério da Saúde demonstrando sua vigência.
- * Caso o registro esteja vencido, apresentar também o pedido de revalidação (P1 e P2) datado no máximo ao semestre anterior ao vencimento do mesmo.
- * Caso o produto seja dispensado de registro, a empresa deverá informar a dispensa e indicar a RDC – Resolução da ANVISA que prevê tal dispensa.

17.4. A empresa vencedora que deixar de apresentar o Registro citado acima, ou ainda, não o indicar em sua proposta atualizada, será desclassificada em cada item que esta exigência não for devidamente cumprida.

17.5. Os registros/certificados acima exigidos estão fundamentados no inciso I do art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

18. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.1. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

19. Habilitação jurídica

19.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

19.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

19.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

19.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

19.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

19.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

19.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

19.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

19.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

19.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

19.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

19.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

19.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

19.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

19.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

19.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

19.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

19.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

19.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

19.4.11. **Ato de autorização para o exercício da atividade:** Conforme dispõe o inciso IV do art. 67 da Lei Federal nº 14.333/2021 e tendo em vista as exigências realizadas em legislação especial, ficam obrigadas as empresas classificadas em primeiro lugar a apresentar a documentação técnica abaixo relacionada.

19.4.11.1. A empresa classificada em primeiro lugar deverá, obrigatoriamente, apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, conforme regulamentação especial contida no art. 3º da RDC nº 16/2014 da ANVISA.

19.4.11.2. A empresa classificada em primeiro lugar deverá, obrigatoriamente, apresentar o Alvará Sanitário ou Licença Sanitária emitida pelo Órgão Sanitário das Unidades Federativas em que se localizam, conforme regulamentação especial contida no art. 2º da Lei Federal nº 6.360/1976.

19.4.11.3. A empresa licitante que esteja dispensada de apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA e/ou Alvará Sanitário, deverá informar a dispensa e indicar a legislação que a prevê.

19.4.11.4. Indicada a dispensa citada no item anterior, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar Alvará ou Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal da empresa Licitante.

19.4.11.5. A empresa vencedora que deixar de apresentar o documento citado acima ou não indicar e comprovar a dispensa do mesmo, ou ainda, não indicá-lo em sua proposta atualizada, será inabilitada do certame.

19.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

20. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

20.1. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

20.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

20.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

20.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

20.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

20.8. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

20.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

20.10. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

21. Qualificação técnica

21.1. Os documentos de qualificação técnica abaixo serão avaliados pela área técnica do órgão Demandante responsável pela elaboração deste Termo, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.

21.2. Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica do órgão Demandante poderá solicitar ao Pregoeiro a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.

21.3. Conforme dispõe o inciso IV do art. 67 da Lei Federal nº 14.333/2021 e tendo em vista as exigências realizadas em legislação especial, ficam obrigadas as empresas classificadas em primeiro lugar a apresentar a documentação técnica abaixo relacionada.

21.4. A empresa classificada em primeiro lugar deverá, obrigatoriamente, apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA, conforme regulamentação especial contida no art. 3º da RDC nº 16/2014 da ANVISA.

21.5. A empresa classificada em primeiro lugar deverá, obrigatoriamente, apresentar o Alvará Sanitário ou Licença Sanitária emitida pelo Órgão Sanitário das Unidades Federativas em que se localizam, conforme regulamentação especial contida no art. 2º da Lei Federal nº 6.360/1976.

21.6. A empresa licitante que esteja dispensada de apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA e/ou Alvará Sanitário, deverá informar a dispensa e indicar a legislação que a prevê.

21.7. Indicada a dispensa citada no item anterior, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar Alvará ou Licença de Funcionamento Estadual ou Municipal da empresa Licitante.

21.8. A empresa vencedora que deixar de apresentar o documento citado acima ou não indicar e comprovar a dispensa do mesmo, ou ainda, não o indicar em sua proposta atualizada, será inabilitada do certame.

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual, Lei Municipal nº 14.651/2025, relativa ao exercício financeiro vigente.

22.2. Dotação Orçamentária: 09.10.302.0005.1.634.449052.0902 - Ficha: 16760 - Programa: 0005 Mais Saúde - Fonte:2601000 CO - 3110

Uberlândia, 23 de março de 2026.

Wesley Dias Alves

Assessor chefe - SMS

Sara De Oliveira Silva

Assessor técnico DAM - 13

Aprovado e ratificado:

Adenilson Lima e Silva

Secretário Municipal de Saúde

Nome Arquivo: Anexo II - Termo de Referência PE 157-2026 - Of.1304.pdf

Documento assinado de forma digital por Adenilson Lima e Silva

Certificado: **IBljANBg***uU73hum8**8kipe*****DAQAB**

Data: 01/06/2026 13:37:42



20261370511GFR